

DISCURSO, PODER E PRÁTICAS DOCENTES: PROPÓSITOS DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA NO ATUAL CONTEXTO

Florisbete de Jesus Silva¹

Resumo

O presente trabalho faz uma discussão sobre a relação entre discurso e práticas pedagógicas na escola pública, analisando a ação do educador na formação do sujeito capaz de promover transformações no meio em que vive, consciente de sua participação na luta contra os discursos coercitivos. O objetivo é analisar se as práticas pedagógicas dos professores de escolas públicas no Município de Porto Seguro são formadoras de sujeitos participantes da construção e/ou transformação do seu meio social ou perpetuadoras do autoritarismo e da acomodação. Para tanto, utilizamos a pesquisa de campo com abordagem qualitativa, escolhendo a entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de dados, através da qual verificamos uma preocupação, por parte dos educadores, com a forma-

¹ Mestranda em Ciências da Educação, pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias — Portugal. Graduada em Letras, pela Universidade Estadual de Santa Cruz — UESC — Ilhéus Ba. Professora das Faculdades Integradas do Extremo Sul da Bahia e da rede municipal de Porto Seguro Ba.

ção do sujeito crítico, apesar dos desafios constantes no espaço escolar.

Palavras-chave: Educação, Discurso, Prática Pedagógica, Formação Política.

Abstract

The present work makes a quarrel on the relation between speech and practical pedagogical in the public school, analyzing the action of the educator in the formation of the citizen capable to promote transformations in the way where lives, conscientious of his participation in the fight against the coercitive speeches. The objective is to analyze if pedagogical practical of the professors of public schools in the City of Porto Seguro form participant citizens of the construction and/or social environment transformation or perpetuate the authoritarianism and accommodation. For in such a way, we use the research of field with qualitative boarding, choosing the half-structuralized interview as instrument of collect of data, through which we verify a concern, on the part of the educators, with the formation of the critical citizen, although the constant challenges in the pertaining to school space.

Key-words: Education, Speech, Practical Pedagogical, Politics Formation.

Ao analisarmos o contexto político-social do nosso país, constatamos que, apesar das lutas em prol de transformações, ainda há muito que se conquistar. A grande maioria da população ainda se submete à opressão, por não ter conhecimento de seus direitos, de como agir diante das in-

justiças e da desigualdade social. Sabe que não deveria se calar diante da situação excludente em que vive, mas muitas vezes o medo da represália é maior que o desejo de mudança.

O autoritarismo e a exploração convivem constantemente com o povo, trazendo consequências desastrosas. O trabalho escravo deixou de existir apenas nas páginas dos livros de História, e o voto cabresto continua presente na sociedade, subentendido no discurso ideológico coercitivo através do qual se intensifica cada vez mais a eleição de governantes em troca de favores, ou então pelo “medo de perder o emprego ou ser transferido para lugares distantes de casa, longe da família”². Em pleno século XXI, pessoas continuam afirmando que o corrupto rouba, mas faz.

Diante de tanta alienação, nos perguntamos o que fazer, onde encontrar soluções para dar um rumo diferente à história das futuras gerações. Um dos caminhos apontados é a educação, aqui entendida, numa visão freireana, como um instrumento libertador, “a serviço da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização das estruturas injustas e da acomodação dos seres humanos à realidade tida como intocável” (FREIRE, 2000, p. 58). Acreditamos que a educação é o ponto de partida para as transformações, caminho através do qual o ser humano poderá mudar não só a sua história, como também a história daqueles que o rodeiam.

A educação deve ser instrumento de luta político-cultural. Assim, é imprescindível que esteja voltada para a extinção do silêncio e da submissão humana. E preciso que as insti-

² Discurso de colegas professores.

tuições escolares sejam lugares onde alunas e alunos aprendam que as mudanças sociais são conquistadas com a participação, não com a neutralidade ou o mutismo.³

Enquanto ato de conhecimento, a educação não pode centrar-se apenas na transmissão de conteúdos, visando apenas à preparação para o mercado de trabalho. Educar é oportunizar a reflexão sobre os valores e as políticas sócio-culturais. É discutir e praticar a cidadania, é desafiar alunas e alunos a "aventurar-se no exercício de não só falar da mudança do mundo, mas de com ela realmente comprometer-se" (FREIRE, 2000, p. 96).

O papel do educador e educadora que se preocupam com os rumos que a sociedade vai tomar não pode ser direcionado por discursos prontos e opressores. Se sonhamos com uma sociedade mais digna e nos indignamos com a injustiças, é necessário que nos preocupemos com uma educação libertadora,⁴ que compreenda a capacidade do ser humano de agir no meio em que vive.

Sabemos que a escola desenvolve diversas atividades e projetos que visam à formação do sujeito cidadão. No entanto, as práticas discursivas de alguns educadores e educadoras ainda obedecem às vontades das classes que estão no poder. A compreensão da cidadania está, muitas vezes, vinculada aos deveres que o sujeito deve cumprir, já que a liberdade para expressar o pensamento nem sempre é res-

³ Segundo Freire ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra, tampouco se pode falar em democracia e silenciar o povo (In: Pedagogia do Oprimido/ Pedagogia da Indignação).

⁴ Atividades educacionais ligadas a um projeto político mais amplo de luta contra a opressão e a dominação (In: Silva, T. T. da. **Teoria cultural e educação**. Um vocabulário Crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 48).

peitada. O exercício de uma prática cidadã não é experimentado no dia-a-dia escolar, tornando-se, assim, apenas um assunto a mais discutido pelo professor, mais um discurso que nunca sairá do papel.

Segundo Rodrigues (1995, p. 76), "a educação escolar, longe de servir à equalização de oportunidades ou de democratização de competências para a vida social e política, é confinada ao estreito círculo dos interesses dos grupos que controlam a totalidade da vida social", o que a torna, em nosso ponto de vista, instrumento perpetuador das diferenças sociais. Mas a escola pode ser o palco da luta pela prática verdadeira da cidadania, espaço de formação de sujeitos conscientes de sua tarefa no mundo, como cidadãos comprometidos com as transformações sociais, engajados no trabalho em prol da liberdade de expressão e do conhecimento dos próprios direitos.

Pensando nisso, nos propomos a dialogar com educadores e educadoras do Ensino Fundamental de algumas escolas de Porto Seguro, a fim de constatar se são formadores/as de sujeitos comprometidos com a luta por mudanças sociais. Inicialmente, perguntamos aos professores e professoras que imagem os mesmos fazem dos seus alunos e alunas em relação à percepção que estes/as têm do mundo, e obtivemos informações que os discentes são sujeitos acomodados, que não se preocupam em questionar os acontecimentos, preferindo desligar-se da situação, a fim de não terem o compromisso de buscar transformações. É o que nos mostram as declarações:

Olha, alguns até se manifestam a respeito das coisas que acontecem, né? Fatos relacionados à nossa cidade, ao nosso país de um modo geral. Outros já não se importam tanto. Mal, mal

se preocupam com a própria vida. São poucos os que realmente levam a sério essas coisas que acontecem e que diz respeito a eles também e eles não enxergam, a maioria não enxerga. (P 1)

Eu acho que eles estão bem alienados, apesar da ilusão que a gente tem das informações. (P 2)

Eu acredito que os alunos não estão muito preocupados em fazer uma reflexão do mundo. Pelo menos a maioria dos meus alunos, eles só tão preocupados com o imediato, como aqui e o agora, em viver a sua fase de adolescência, sem muita preocupação nas conseqüências que isso pode vir depois. (P 3)

Tem o aluno que parece desligado. E por incrível que pareça, são pessoas, às vezes, mais sofridas. Parece que tem uma visão muito... não se pode nem falar que é pessimista, porque, ó, é tanto faz! Sabe aquela coisa que é tanto faz? E o tanto faz eu acho muito ruim. Ou ele é um otimista ou então um otimista brigão. Ou então pessimista, pelo menos você tem como tratar. Mas aquele que tanto faz, isso me preocupa muito. As coisas não têm tanta importância para eles. (P 4)

Analisando as afirmações, compreendemos o quanto a escola tem se eximido da sua função de formar sujeitos que se interessem pelos acontecimentos político-sociais do meio em que vivem, a fim de participar da luta por mudanças. Se alunos e alunas chegam a esta fase do Ensino Fundamental sem nenhuma consciência da importância da sua participação política na sociedade, de que ser um cidadão é estar inteirado sobre as coisas que ocorrem ao seu redor, a fim de questioná-las, visando a sua transformação, se for necessário, é porque o espaço escolar preocupou-se apenas com a “educação bancária”, tão criticada, mas ainda presente em muitas salas de aula.

Essa situação confirma o que diz Gadotti (2000), quando o mesmo afirma que grande parte da população brasileira foi e ainda é educada para a passividade, tornando-se margi-

nalizada, excluída das tomadas de decisões na sociedade. A instituição escolar, diz o autor, educa o indivíduo para a obediência, minando os seus interesses, destituindo-o do seu poder de articulação.

É necessário, então, repensar as práticas pedagógicas, a fim de que estas abandonem a educação perpetuadora da ideologia dominante, causadora da imobilidade e alienação dos sujeitos, e trabalhem em prol da conscientização para a busca de transformações sociais. Para Rodrigues, o espaço escolar pode ser "instrumento de luta contra a dominação cultural, exatamente por socializar o código dominante da cultura e possibilitar o acesso ao conhecimento dos valores sociais, estéticos e de linguagem das classes superiores" (1995, p. 80). O autor argumenta que a escola, ao estimular as classes dominadas a refletir sobre o sistema sócio-econômico que a oprime, contribui para que as mesmas tenham acesso ao conhecimento, possibilitando-lhes o desenvolvimento de uma conscientização não só histórica como também política, através da qual é possível pensar em possibilidades reais de mudanças. Assim, é primordial construir uma escola voltada para a valorização da vida social e para a atuação política, onde os discursos pelas transformações ultrapassem o plano dos desejos para fazerem parte das ações concretas.

Nesse sentido, buscamos saber se os alunos são estimulados pelos professores a criticarem questões sócio-políticas em sua sociedade, dando sugestões para mudanças, e constatamos que a educação libertadora proposta por Freire ainda está longe de ser alcançada, uma vez que a escola ainda está a serviço de forças opressoras que condenam homens e mulheres a viverem em silêncio.

Infelizmente nós falamos em democracia, mas nós não temos toda a liberdade. A gente tem medo de se expressar como gostaria. Infelizmente têm punições, têm pessoas que... vamos dizer assim... que tem um cargo superior ao seu, tanto com relação ao aluno e nós, né, profissionais. Então a gente tem até medo. A gente tenta fazer o melhor, tenta... buscar, tenta transformar, tenta fazer com que esse aluno realmente seja um sujeito crítico, até os próprios alunos sofrem punições em relação a isso. Não pelo professor, mas muitas vezes, é... vamos dizer assim, da coordenação, da direção, porque às vezes eles querem dar opiniões a respeito de algum acontecimento na escola, ou então sugerir uma coisa diferente, eles nunca são ouvidos. Raramente, entendeu, eles aceitam as sugestões que os alunos trazem, novas atividades, então eles são quase esquecidos nessa parte. Várias vezes já fui chamada a atenção por estar tentando formar o sujeito crítico. Eu me senti como se me jogasse um balde d'água. Que a gente ouve falar muito dessas transformações, a gente lê, a gente procura buscar, todas essas transformações. Na hora da prática, do vamos ver, a realidade é outra. (P 1)

A gente fala que nós somos educadores, que nós somos sujeitos de nossa própria aprendizagem, que nós somos formadores de personalidade, quando no fim, se agente analisar a maior parte dos professores a gente observa que ainda somos submissos que temos medo de tudo e de todos. (P5)

Toda a dificuldade em relação à escola é a falta de autonomia. Porque o professor não tem autonomia, por isso não pode trabalhar direito. O aluno também não tem autonomia com a sua vida, por isso não aprende direito. (P6)

A escola tem uma repressão bem velada quanto a esse aspecto. Tanto em relação ao professor, quanto ao aluno. E isso atina o processo democrático. Isso ar que dificulta todo o trabalho do professor pra criar o aluno ativo. (P 2)

Decepção e medo se unem nos depoimentos dos professores e professoras. A primeira, por descobrirem que os discursos que se ouve na escola, acerca da educação em prol da formação do sujeito crítico, na verdade não passam de mera repetição teórica, sem qualquer relação com a prática. O segundo, por se sentirem acuados, perseguidos poli-

ticamente. Afinal, a formação de sujeitos críticos traz prejuízos para muitos governantes que necessitam de pessoas alienadas para continuarem no poder, praticando ações abusivas contra a população que, educada por uma prática opressora, se cala.

A educação para a luta e pela liberdade não pode dar espaço para a coerção, tampouco para a neutralidade, uma vez que tem a tarefa de incentivar a insatisfação diante das injustiças, levando os indivíduos a negarem as condições de miséria na qual muitas vezes estão inseridos, lutando por uma cidadania que proporcione a todos os integrantes do meio, os mesmos direitos. Tal contexto exige sujeitos conscientes das suas habilidades para atuarem competentemente em prol de uma sociedade menos desigual e dos direitos para se expressarem e se representarem na luta pelo reconhecimento de seus valores. É necessário, então, que se democratize a escola, a fim de que a mesma se torne um território onde os grupos mal representados na sociedade sejam capacitados, a fim de construir suas autoimagens, apresentarem suas próprias histórias e promoverem espaços de interação de idéias com outros grupos (GIROUX, 2002).

“Professores e alunos precisam encontrar maneiras de evitar que um único discurso se transforme em local de certeza e aprovação”, afirmam Giroux e Simon (2001, p.1 06). É importante encontrar caminhos que contribuam para a construção de espaços nos quais as vozes que protestam contra a exploração e desvalorização humana não sejam silenciadas. É por meio de posicionamentos frente à realidade e da coragem de não se calar que se criam possibilidades para que as práticas pedagógicas sejam instrumentos de libertação, legitimados não só na escola, como tam-

bém em todos os ambientes de trabalho cultural.

Uma vez que os/as professores/as desta pesquisa utilizaram discursos com características libertadoras, questionamos como os/as mesmos/as se sentem ao perceberem que os/as educandos/as estão aprendendo a olhar os acontecimentos ao seu redor de uma forma mais crítica, e identificamos contradições que revelam a influência de uma prática tradicional, onde o/a professor/a tem medo de colocar-se para os seus alunos e alunas como um sujeito político, optando, muitas vezes, por medo de conseqüências drásticas, pela neutralidade. É o que percebemos nas declarações seguintes:

Muito feliz. Muito, muito mesmo. Porque é muito bonito quando a gente fala assim ah, porque tem que tomá-los cidadãos, né? Mas é uma coisa muito... fica muito distante. E uma coisa muito.. fica muito utópico. E quando a gente começa a ver a coisa acontecendo,, eu acho que é muito simples, é muito mais fácil do que a gente imagina. Eu tento me colocar numa posição mais neutra. (P 4)

Tudo que eles fazem, eu considero, né? Então, se eu tô considerando, eu tô dando liberdade a eles. Porque eu noto que eles tão crescendo né? (P 7)

Têm certos comportamentos que eu ainda tenho que ter que eu não gosto muito. E, tem que pegar o caderno e o livro pra corrigir. (P 4)

Nota-se uma preocupação com a formação crítica dos alunos e alunas, mas não com a própria formação, já que os/as educadores/as preferem ou a neutralidade ou a aceitação de tudo que é dito pelos discentes. Ao não se posicionar como um ser político, o/a professor/a impede o exercício de tal ação, já que os/as alunos/as percebem que sua prática não condiz com seu discurso, ou seja, o/a educador/a

quer que seus alunos analisem a realidade social de forma crítica, mas não se envolve, por medo de perseguição. Assim, mesmo não concordando com determinadas situações, como mostra o último depoimento, acaba se envolvendo com elas, porque é uma norma estabelecida por superiores, os quais não podem ser desobedecidos.

Para Freire (2000), é necessário que educadores e educadoras trabalhem com o desejo de legitimar o sonho ético-político de transformação da realidade, a qual é considerada injusta. É primordial, enfatiza o autor, que se lute contra a força da ideologia dominante, já que esta age de forma a perpetuar a imobilidade e acomodação diante das injustiças. Para isso, é importante que se defenda uma prática discursiva que não esteja envolvida com uma neutralidade medrosa, pois esta fecha os olhos e “lava as mãos” para os discursos e ações opressivos. É essencial que as práticas discursivas de educadores e educadoras estejam engajadas na propagação da autonomia e habilidade para enfrentar a realidade opressora com armas capazes de combatê-la. O autor ainda afirma que:

[...] o educador progressista, capaz e sério, não apenas deve ensinar muito bem sua disciplina, mas desafiar o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica em que é uma presença. ~ o educador progressista não pode acomodar-se, desistente da luta, vencido pelo discurso fatalista que aponta como única saída histórica hoje a aceitação. [...] a professora progressista não pode silenciar em face do discurso que diz da impossibilidade de mudar o mundo porque a realidade é assim mesmo (FREIRE, 2000, p. 44).

Educadores e educadoras só educam verdadeiramente ao se posicionarem contra a dominação. Eles/as não podem ser apenas técnicos da educação, já que estes se preocu-

pam apenas em cumprir com os conteúdos, usando o discurso de que é preciso formar bons profissionais para atuarem com competência no mercado de trabalho. É tarefa do/a educador/a estimular os seus educandos a ler e entender a realidade, com a intenção de modificá-la. Agindo assim, estará abandonando o seu papel de policiador da educação para se tornar um mobilizador, um profissional do humano, do social, do político (GADOTTI, 2000).

Neste contexto, os profissionais da educação devem tomar consciência de que suas ações são ao mesmo tempo políticas e éticas, uma vez que são responsáveis pela educação e formação de cidadãos críticos, e pela produção de poder e conhecimento, os quais devem ser cuidadosamente direcionados para a emancipação de homens e mulheres, e não para a sua alienação e marginalidade. Sendo assim, é crucial que se desenvolva uma aprendizagem que valorize as experiências dos/das estudantes e que os/as leve a compreender que o conhecimento pode ser utilizado na construção de uma sociedade onde a democracia não esteja tão distante do contexto daqueles para quem o poder tem apenas uma face: a da perpetuação da dominação humana. Como afirma Kellner (2002, p. 127), é preciso "fortalecer o poder dos indivíduos, a fim de fazê-los entender que podem se libertar dos aspectos dominantes e opressivos e aprender a refazer a sociedade como uma modalidade do eu e da atividade social".

Todo educador deve ter um profundo conhecimento da realidade educacional e social, firmando compromisso não com a burocracia escolar, mas acima de tudo com os interesses e necessidades dos seus educandos, sendo um organizador da cultura e não um representante da cultura dominante. Atendendo às necessidades dos estudantes, o

profissional da educação estará contribuindo para o desenvolvimento da autonomia, a qual representa o verdadeiro sentido da educação, uma vez que esta é vista como um processo pelo qual o sujeito promove mudanças em si mesmo e em sua vida, buscando também a transformação da realidade na qual está inserido (GADOTTI, 2000).

Tal perspectiva implica uma prática pedagógica voltada para ações que visem à preparação dos educandos para viverem na comunidade, sem se deixar levar pela neutralidade, a qual impede o sujeito de atuar em prol do respeito à sua própria voz, bem como à voz daqueles que se sentem injustiçados pelos discursos opressores. É necessário desafiar os sujeitos, a fim de estimulá-los a tomar decisões, a buscar as soluções para os problemas ao invés de apenas criticá-los, a expor suas idéias criticamente, sem medo de ser castigado, não por que não tema as coerções, e sim pelo conhecimento de que a democracia possibilita a todos o direito de não calar a voz. E os/as professores/as têm consciência disso, apesar da realidade opressora em que estão inseridos:

A partir do momento em que você tem conhecimento, você tem condições de reivindicar, né? Eu mostro isso pra eles. E... a partir do momento que você... estuda, sua cabeça abre mais pro mundo, né? Então você vai saber dos seus direitos e você vai tentar mudar a situação. (P 7)

Eles estão num processo de se achar importantes porque é necessário isso, saber que eles podem mudar a realidade, saber que eles são os personagens principais da sociedade, que são agentes que podem mudar. Estamos fazendo um trabalho de conscientização pra que eles venham aguçar mais ainda essa... como é que eu posso dizer... essa... essa iniciativa de pensar em mudar a realidade, sabendo que ele é um agente principal, ele que pode acionar, tanto nele como nas outras pessoas também o senso de mudança. (P 6)

É preciso que se crie jovens, que se desenvolva nos jovens, que se desenvolva nos adolescentes, nas crianças e nos próprios adultos, tantos processos de ensino aprendizagem para que eles possam estar saindo politizados como cidadãos críticos, autônomos que não vá depender de A ou B. Cientes do que fazer na sociedade. Cientes de não serem mais omissos. Cientes de que podem e devem fazer alguma coisa e que tem seu lugar na sociedade. Não estão apenas como um simples ser ou um ator coadjuvante, e sim como um ator principal nesta sociedade participativa, de ações concretas nessa comunidade. (P 7)

É importante encontrar caminhos que contribuam para a construção de espaços nos quais as vozes que protestam contra a exploração e desvalorização humana não sejam silenciadas. Pelo contrário, é por meio de posicionamentos frente à realidade e da coragem de não se calar que se criam possibilidades para que as práticas pedagógicas sejam instrumentos de libertação, legitimados não só na escola, como também em todos os ambientes de trabalho cultural.

Transformar a realidade social requer ação e reflexão da práxis, salienta Freire (1999). E tal transformação é uma tarefa histórica, já que implica a luta coletiva pela libertação, a qual se conquista com o trabalho de todos, com todas as vozes sendo ouvidas em discussões constantes. É na coletividade que homens e mulheres entendem a sua responsabilidade com as transformações sociais, uma vez que são desafiados a encontrar as respostas para os problemas que a realidade lhes impõe. E é nesta busca que iniciam a compreensão do seu papel enquanto cidadão. Descubrem que as mudanças não podem ser conquistadas apenas por um líder, pois as mesmas só ganham solidificação com a participação de todos os indivíduos.

Ouvir os professores e as professoras foi imprescindível para

a compreensão de que as relações de poder ainda ocorrem de forma assimétrica na escola, partindo não só dos docentes em relação aos alunos e alunas, como também dos que administram o espaço escolar, os quais muitas vezes impedem o/a professor/a de realizar um trabalho visando à formação do ator social, por medo de que suas ações sejam questionadas pelos educandos.

Diante disso, é necessário repensar os discursos que se fazem na escola, já que estes favorecem a coerção e não a libertação, embora afirmem o contrário. Assim será possível retomar os caminhos para uma educação emancipadora, que dê à voz docente o poder de mediar as discussões necessárias à formação de escolas mais democráticas, bem como a mobilização da comunidade escolar, para que o conhecimento esteja ao alcance de todos, propiciando uma participação ativa dos indivíduos na sociedade.

O educador e a educadora comprometidos em romper o silêncio devem fazer do seu discurso uma arma contra qualquer manifestação de imobilidade e mutismo. Diante disso, o seu papel não se encerra no ensino de disciplinas. Sua voz põe-se a serviço da liberdade e da atuação do sujeito como ser histórico-cultural. É na ação que o pensar e repensar se encontram, a fim de promoverem novas atitudes e a compreensão de que a reconstrução do mundo só é possível se transformarmos as metas em ações. O testemunho de quem almeja transformações não pode se assegurar apenas em discursos vazios, de aceitação e submissão. É necessário fazer da nossa existência uma luta constante pela democratização da sociedade e pela dignidade e emancipação daqueles que estão perdendo o significado de sua presença no mundo.

Enfim, a conquista da emancipação e a compreensão de se estar no mundo para a luta são resultantes do conhecimento produzido constantemente pela atuação dos sujeitos. A liberdade se torna realidade na vida dos sujeitos a partir da convivência com os outros. Ser agente social livre significa construir um novo começo, realizar e experimentar o que ainda não foi colocado em prática, participar da sociedade, analisando os caminhos que foram traçados por outros/as, a fim de descobrir se estes vão conduzir os sujeitos para a sua libertação ou para a alienação. Esta liberdade de agir em prol da emancipação dos homens e das mulheres é que torna os sujeitos seres históricos, autores de novas trajetórias de vida.

Discurso, poder e educação podem se transformar em grandes armas na luta contra as mazelas sociais que tornam a vida da maioria da população cada vez mais difícil. Para tanto, é necessária atuação política por parte da escola, cujo papel deve ser o de construtora da autonomia, não de perpetuadora da alienação. Como diz Freire (1999), pelo discurso os homens são capazes de transformar o mundo, fazendo do diálogo um caminho através do qual adquirem sua própria essência enquanto homens. Assim, a palavra torna-se um ato criador, a serviço da conquista da liberdade de todos os sujeitos. Através das práticas constantes do diálogo, o homem descobre-se como um ser dotado de poder para criar e recriar, consciente de sua força transformadora, tanto para mudar o meio em que vive, como também a si mesmo.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GIROUX, H. A.; SIMON, R. Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. 5. ed. In MOREIRA, A. F. & SILVA, I. I. (Org.) **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 93-124.

GIROUX, H. A. Praticando estudos culturais nas faculdades de educação. 4. ed. In: SILVA, T. T. (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 85-103.

KELLNER, D. Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pósmoderna. 4. ed. In SILVA, T. T. (Org.) **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 104-131.